



Josemar Gonçalves



Movimento pela mobilização popular na Constituinte improvisou comício no Congresso

Ulysses mantém relatores na Sistematização

O presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, confirmou ontem que não vai atender ao pedido do deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), de retirar da Comissão de Sistematização os relatores Severo Gomes, da Ordem Econômica; Oswaldo Lima Filho, da Subcomissão da Reforma Agrária; Cristina Tavares, da Subcomissão da Comunicação, Ciência e Tecnologia, e Artur da Távora, da Comissão da Família, Comunicação, Ciência e Tecnologia, que tiveram seus substitutos derrotados.

"Já resolvi a questão de ordem em relação a pedido idêntico do deputado Amaral Netto (PDS-RJ), quando foi derrotado o substitutivo da deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), e não vou aceitar agora esse novo pedido. A questão já está resolvida", afirmou Ulysses, que no pedido anterior justificou sua rejeição por entender que o regimento da Constituinte é claro ao afirmar que os relatores de comissões e subcomissões integrarão a Sistematização.

O deputado Roberto Cardoso Alves, autor do novo pedido, disse que embora o regimento da Constituinte seja omissivo em relação à questão, em um artigo está definido que podem ser aplicados em seu auxílio os regimentos internos da Câmara e do Senado: "Em ambos está expressamente determinado que o relator com substitutivo integralmente derrotado será destituído, cabendo aos presidentes da respectiva comissão indicar outro relator; insisto no pedido porque acho que a matéria foi mal decidida pelo presidente Ulysses Guimarães".

Até ontem à tarde Cardoso ainda não tinha recebido resposta oficial de Ulysses negando ou atendendo sua reivindicação.



Ministro espera Carta

Costa Couto vê precipitação em avaliações

"As avaliações que qualificam a futura Constituição brasileira de conservadora ainda são precipitadas". A observação foi feita ontem pelo ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Ronaldo Costa Couto. Ele disse que "ainda é cedo para fazer qualquer avaliação, porque todos os temas devem ser complementados na Comissão de Sistematização". O ministro guarda a expectativa de que a Constituição "seja moderna, para o Brasil do futuro".

Costa Couto ainda não teve tempo de analisar a questão do parlamentarismo, afirmando que a questão "não foi discutida pelo Presidente da República". O ministro acredita que esse primeiro resultado das comissões não reflete, por enquanto, o texto final da Constituição, lembrando ainda que a Assembleia vem trabalhando "num processo de aproximações sucessivas".

Costa Couto não quis arriscar nenhum palpite sobre o sistema de governo a ser aprovado pela Constituição, afirmando que "há tempo para estudar a questão. Qualquer palpite agora não passa de especulação e nós não vamos poder dizer qual será o resultado final, porque ainda depende da Comissão de Sistematização".

Avanço virá com o apoio popular, dizem derrotados

As forças conservadoras ganharam apenas uma batalha, ao impor suas posições na Comissão da Ordem Econômica. Mas, até o final dos trabalhos da Constituinte ainda haverá muito espaço a ser conquistado pelos parlamentares «progressistas», com o apoio da sociedade. Em síntese, essa é a opinião dos líderes do PMDB na Constituinte e no Senado — Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso — e dos líderes do PDT e do PC do B na Câmara, Brandão Monteiro e Haroldo Lima, respectivamente.

Tanto quanto os líderes, parlamentares como os peemedebistas Hélio Duque e Oswaldo Lima Filho acreditam que dois fatores determinarão um «avanço» das teses progressistas: o aumento da pressão popular sobre a Constituinte e a maior heterogeneidade ideológica na Comissão de Sistematização e no plenário, comparado ao esmagador predomínio conservador na Comissão da Ordem Econômica.

Para exemplificar a precariedade da vitória conservadora nessa comissão, Mário Covas observou ontem que «se quisesse», teria enfraquecido os conservadores, promovendo algumas substituições naquela comissão, prerrogativa conferida aos líderes pelo presidente da Assembleia, Ulysses Guimarães. Lembrou ainda Covas que as comissões temáticas foram compostas respeitando-se as solicitações feitas pelos próprios parlamentares, de acordo com as suas inclinações e interesses, daí a con-

centração de conservadores na Ordem Econômica e de progressistas na Ordem Social.

— A composição dessas comissões, portanto — prosseguiu Covas —, não é representativa da média do partido, como se observará na Comissão de Sistematização e no plenário.

Fernando Henrique Cardoso desenvolveu raciocínio semelhante, ao manifestar sua confiança no aprimoramento do texto relativo à ordem econômica.

Brandão Monteiro, Haroldo Lima e Hélio Duque se mostraram particularmente confiantes na força da pressão popular. Na opinião deles, o interesse da sociedade pela Constituinte até aqui ficou disperso e atomizado — com um certo sentido clientelista —, pela própria natureza do trabalho das comissões temáticas, que cuidavam de questões ou capítulos específicos.

Hélio Duque prevê que, a exemplo do que ocorreu na campanha das diretas, nas grandes cidades as organizações populares passarão a instalar painéis para que o povo conheça o pensamento dos seus representantes, e isso influenciará no voto definitivo dos constituintes, quando o texto final da Carta for votado no plenário, provavelmente na primeira quinzena de dezembro.

Em outras palavras, o líder do PT, Luiz Inácio da Silva, sintetizou essa expectativa positiva: «Muita água ainda vai rolar e a rua (a mobilização popular) será decisiva porque se há uma coisa de que os políticos têm medo é do povo».

Távola adverte sobre risco de radicalizar

O relator da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, deputado Artur da Távola (PMDB-RJ), advertiu ontem para o perigo de se radicalizar posições na elaboração de um novo anteprojeto, relativo aos onze temas de sua comissão cujo substitutivo, considerado progressista, foi rejeitado por 37 votos contra 26.

Respaldo na ausência de qualquer tipo de conciliação nas reuniões da comissão, Artur da Távola alerta o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, no sentido de que não se repitam nesta fase as manobras efetuadas pelos constituintes do PFL e dos setores conservadores do PMDB. Conduzidos pelo líder do PFL, José Lourenço, os constituintes do partido, segundo Artur da Távola, correm o risco de fazer uma Constituição mais à direita que a de 67.

Os relatores das três subcomissões da Comissão de Família — Cristina Tavares (PMDB-PE), da Ciência e Tecnologia e da Comunicação; Eraldo Tinoco (PFL-BA), da Família, do Menor e do Idoso; e João Calmon (PMDB-ES), da Educação, Cultura e Esportes — deverão ser chamados por Bernardo Cabral para, "a título

de subsídios", ajudar no parecer preliminar da Comissão de Sistematização.

As forças progressistas e conservadoras encaminharam ontem à Comissão de Sistematização, através do presidente da Comissão da Família, senador Marcondes Gadelha (PFL-PB), dois substitutivos, cada qual defendendo os seus pontos de vista, com relação aos temas que geraram discórdia.

Não se sabe se a Comissão de Sistematização vai elaborar um parecer de anteprojeto com recuos ou avanços em relação ao substitutivo rejeitado. Contudo, como tem reiterado o deputado Bernardo Cabral, ela será norteada pelo consenso. A deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), suplente da Comissão da Família, relatora-auxiliar da Comissão de Sistematização, diz não entender o fato do grupo de conservadores da comissão ter entregue um novo substitutivo, que possui mais de 65% do texto do substitutivo rejeitado de Artur da Távola.

Enfatiza ainda que será necessário um acordo, e especificamente no seu caso, vai lutar para que sua emenda, não aproveitada pelo relator Artur da Távola, volte ao texto constitucional.

Movimento de mobilização faz comício

Num comício improvisado no salão verde, junto ao plenário da Constituinte, pelo movimento intitulado «Articulação Nacional de Entidades pela Mobilização Popular na Constituinte», líderes populares e partidários demonstraram a determinação de irem às ruas mobilizar a opinião pública para que as reivindicações da sociedade sejam incorporadas à futura Constituição.

O presidente e líder do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio da Silva, afirmou que a Constituinte está sendo inscrita em quatro locais: no Palácio do Planalto, «que utiliza um líder que mais parece um agente da SAI, oferecendo empregos» — o deputado Carlos Santana; na casa do dr. Ulysses; no plenário e nas ruas. Lula disse acreditar na eficácia da pressão popular, pelo temor que essa pressão desperta nos políticos.

Brandão Monteiro apontou a mobilização popular como o instrumento mais eficaz para neutralizar os «conchavos de cúpula» feitos em Brasília «pelos que traíram a confiança do povo» e os interesses nacionais. A presidente da UNE, Gisela Mendonça, afirmou que se a Constituição não atender às aspirações da sociedade «será rasgada nas ruas pelo povo».

Da «Articulação Nacional pela Constituinte» participam dezenas de entidades, inclusive a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Central Geral dos Trabalhadores (CGT). Do encontro de ontem participaram cerca de 200 pessoas. Um documento emitido pela «articulação» incluiu o compromisso de lutar «contra a política econômica do governo, consubstanciada no pacote econômico de arrocho salarial; o pagamento da dívida externa; a interferência do poder econômico, do Poder Executivo e das Forças Armadas na Constituinte e em defesa dos interesses dos trabalhadores».

Grupo tentará acordo entre as correntes

Os deputados do PMDB baiano, Jutahy Júnior e Genebaldo Correia, além dos peemedebistas gaúchos Ibsen Pinheiro e José Fogaça, estão articulando a criação de um grupo suprapartidário para negociar fórmulas de entendimento entre os setores moderados e mais avançados da Constituinte, com vistas à aprovação de propostas que possam representar a média das opiniões na assembleia.

A informação foi dada, ontem, pelo deputado Jutahy Júnior, coordenador da bancada do PMDB baiano. Ele lembrou que a experiência foi testada com sucesso na Comissão da Organização dos Poderes, neutralizando até a influência dos líderes Carlos Santana e Mário Covas, além do deputado Ulysses Guimarães, que desejavam a manutenção do presidencialismo e, no entanto, tiveram de se contentar com o parlamentarismo «à brasileira».